

Projeto que recorta SNUC mobiliza ambientalistas

Categories : [Notícias](#)

O projeto de lei [3.682/2012](#), que libera a mineração em unidades de conservação de proteção integral e sofreu emendas que acabam com a essência do SNUC, só será votada no ano que vem. Pronto para ser apreciado na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, por duas vezes as reuniões da comissão foram canceladas por falta de quórum. O atraso na apreciação dará tempo para que os ambientalistas se posicionem a respeito do projeto, que passou despercebido pela maioria da opinião pública.

Algumas tentativas ainda discretas para chamar atenção para o projeto já foram tomadas. Desde o mês passado, uma [petição pública](#) foi aberta contra o projeto de lei e até agora mais de 7 mil assinaturas foram recolhidas.

O projeto de Lei 3.682/2012 tem como objetivo abrir 10% das Unidades de Conservação de proteção integral à mineração. Em troca, os mineradores seriam obrigados a doar áreas com o dobro do tamanho das abertas à exploração comercial e com as mesmas características ecológicas e biológicas.

O relator do projeto na Comissão de Minas e Energia, deputado Bernardo Santana de Vasconcellos (PR-Minas Gerais), mudou o relatório original, provocando mudanças profundas na Lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) e é por essas mudanças que os ambientalistas estão se mobilizando.

Além de transferir para o Poder Legislativo a competência de criar Unidades de Conservação, o relatório de Santana lista situações em que uma região não poderia virar área protegida. O potencial para exploração mineral e de energia teria prevalência, previsto na lei, sobre proteção de ecossistema. Pelo relatório, escrito como está, é possível afirmar que nunca mais seria criada uma unidade de conservação no país.

A Associação Nacional de Procuradores da República (ANPR) enviou no dia 19 de novembro [nota técnica aos deputados Bernardo Vasconcelos \(PR-MG\), Fernando Ferro \(PT-PE\) e Fernando Jordão \(PMDB-RJ\)](#) pedindo a rejeição do projeto de lei e de seu substitutivo. Para a associação, ambas proposições “ferem de morte a lei original e representam um retrocesso na legislação ambiental e de desenvolvimento sustentável já consolidadas no Brasil”.

Em artigo publicado aqui em ((o))eco, [o colunista Marc Dourojeanni](#) considera o projeto de lei é uma proposta “para acabar com a conservação da natureza no Brasil”.

Deputado apresenta relatório alternativo

O relatório de Bernardo Santana foi apresentado do jeito que está no dia 23 de outubro. Uma semana depois, o deputado Fernando Jordão (PMDB-Rio) entrou com pedido de vista, recurso usado para adiar votação de projeto por 2 sessões, enquanto o parlamentar analisa detalhadamente o projeto.

No dia 06 de novembro, o deputado Fernando Ferro (PT-Pernambuco) [apresentou um relatório alternativo](#), pedindo a rejeição do projeto de lei. De acordo com Ferro, o relatório de Santana extrapola às atribuições da Comissão de Minas e Energia, desrespeitando o próprio Regimento Interno da Câmara.

Leia Também

[Projeto libera mineração em Parques e de quebra muda SNUC](#)

[O absurdo da lei que quer abrir UCs para a mineração](#)

[Podcast: Novo projeto abre parques à mineração e pode desfigurar SNUC](#)